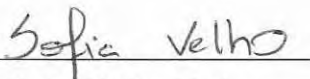


DELIBERAÇÃO

___ 5.1 - ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PERÍODO ENTRE 28 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DO ANO DE 2010 – A Câmara Municipal, **deliberou, por maioria**, com voto contra do Sr. Vereador do PSD, Dr. Filipe Viana, aprovar o Relatório de Avaliação do período entre 28 de Outubro a 31 de Dezembro de 2009 e do ano de 2010. Mais, **deliberou, por maioria**, remeter à apreciação e discussão da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea m) do nº1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, republicada pela Lei nº 5-A/02, de 11 de Janeiro e ainda no nº 3 do artigo 10º da Lei 24/98, de 26 de Maio O Sr. Vereador do PSD, Dr. Filipe Viana, apresentou Declaração de Voto, que se anexa à presente Acta. _____

Reunião da Câmara Municipal de 5 de Setembro de 2011

A CHEFE DE DIVISÃO,



Sofia Velho (Drª)

Para: Câmara Municipal

De: Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima

Data: 29-08-2011

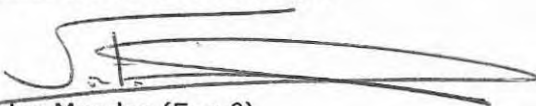
Assunto: Estatuto do Direito de Oposição

O Estatuto do Direito de Oposição foi aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de Maio, o qual assegura às minorias, nomeadamente, o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos executivos das Autarquias Locais, através do acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos citados órgãos.

Nos termos do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o artigo 10º do Estatuto do Direito de Oposição, o órgão executivo das autarquias locais deve elaborar, até ao final do mês de Março do ano subsequente àquele a que se refira, o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da supramencionada Lei n.º 24/98, de 26 de Maio.

Considerando que compete ao Presidente de Câmara Municipal promover o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, nos termos e para os efeitos da alínea x) do n.º 1 do artigo 68 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção vigente, apresenta-se, em anexo e de modo genérico, o mencionado relatório, que só foi possível concluir nesta data, por dificuldades decorrentes, essencialmente, do processo inerente à implementação da reestruturação dos serviços da câmara municipal e, no tocante ao ano de 2009 refere-se apenas à actuação do actual executivo, que medeia o período compreendido entre 28 de Outubro e 31 de Dezembro desse mesmo ano.

O Presidente da Câmara Municipal



Victor Mendes (Eng.º)

ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PERÍODO ENTRE 28 DE OUTUBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DO ANO DE 2010

O Estatuto do Direito de Oposição foi aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de Maio, o qual assegura às minorias, nomeadamente, o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos executivos das Autarquias Locais, através do acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos citados órgãos.

Atento o disposto no referido Estatuto, assistem aos titulares do direito de oposição, no âmbito das Autarquias locais, o direito à informação, o direito de consulta prévia, o direito de participação, o direito de depor e o direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação do grau de observância do respeito por este diploma legal.

São titulares do direito de oposição, além de outros mencionados no artigo 3º do já referido diploma legal, os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais que não estejam representados no correspondente órgão executivo e ainda aqueles que, estando representados na Câmara Municipal, não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas. A titularidade deste direito é, ainda, reconhecida aos grupos de cidadãos eleitores que, como tal, estejam representados em qualquer órgão autárquico.

No caso do Município de Ponte de Lima o CDS - Partido Popular é a única representada na câmara com pelouros e poderes delegados, assim nos termos do artigo 3º da Lei n.º 24/98, de 26 de Maio, são titulares do direito de oposição:



PSD – Partido Social Democrata

Nos termos do disposto na alínea r) do n.º1 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o artigo 10º do Estatuto do Direito de Oposição, o órgão executivo das autarquias locais deve elaborar, até ao final do mês de Março do ano subsequente àquele a que se refira, o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da supramencionada Lei n.º 24/98, de 26 de Maio.

Considerando que compete ao Presidente de Câmara Municipal promover o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, nos termos e para os efeitos da alínea x) do n.º 1 do artigo 68 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção vigente, apresenta-se, de seguida e de modo genérico, o mencionado relatório, que só foi possível concluir nesta data, por dificuldades decorrentes, essencialmente, do processo inerente à implementação da reestruturação dos serviços da câmara municipal e, no tocante ao ano de 2009 refere-se apenas à actuação do actual executivo, que medeia o período compreendido entre 28 de Outubro e 31 de Dezembro desse mesmo ano.

A - Direito à Informação

Durante o período compreendido pelo presente relatório e, dando cumprimento aos disposto no artigo 4º da Lei n.º24/98 de 26 de Maio, os titulares do direito de oposição do Município de Ponte de Lima foram sendo regular e directamente informados pelo órgão executivo e pelo Presidente da Câmara, tanto de forma escrita como verbal, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público municipal e relacionados com a sua actividade.

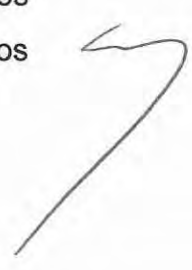


A par de outros assuntos, foram comunicadas, em prazo razoável, informações no âmbito das alíneas s), u), v), x) e cc) do n.º 1 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua redacção actual, e no artigo 4º do Estatuto do Direito de Oposição, a saber:

- Informação escrita, sobre o andamento dos assuntos de interesse público relacionados com a actividade da Câmara, a qual foi enviada a todos os membros da Assembleia Municipal antes de cada sessão ordinária daquele órgão;
- Resposta aos pedidos de informação apresentados dos pelos Vereadores;
- Resposta aos pedidos de informação veiculados pela mesa da Assembleia Municipal
- Resposta aos pedidos de informação solicitados pelos presidentes ou outros membros das Juntas de Freguesia;
- Publicitação das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos e dos respectivos titulares destinadas a ter eficácia externa;
- Remessa à Assembleia Municipal da documentação relativa a planos, projectos, relatórios, pareceres, memorandos e documentos de semelhante natureza, indispensável para a análise crítica e objectiva da informação remetida.

B- Direito de Consulta Prévia

Durante o período compreendido pelo presente relatório, verificou-se o cumprimento, pelo executivo camarário, do prescrito no n.º3 do artigo 5º do Estatuto do Direito de Oposição, considerando que aos partidos políticos representados na Assembleia Municipal foi facultado o direito de serem ouvidos



sobre as propostas dos Planos Plurianuais de Investimentos e de Actividades Municipais e do Orçamento Municipal.

C- Direito de Participação

Nos termos do artigo 6º do mencionado estatuto, o Executivo Camarário, o Presidente da Câmara e os Vereadores providenciaram por, atempadamente, remeter aos membros eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal as informações e os correspondentes convites para participação nos actos e eventos oficiais relevantes para o engrandecimento e desenvolvimento do concelho de Ponte de Lima.

O direito de participação dos titulares do direito de oposição foi também garantido através da possibilidade de pronúncia ou intervenção, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, podendo estes efectuar pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos.

D- Direito de Depor

Uma vez que os eleitos locais não intervieram em qualquer comissão para o efeito do artigo 8º do Estatuto, não esteve o Executivo sujeito a qualquer obrigação neste domínio, pelo que nada há a referir em relação ao exercício deste direito durante o período em apreço.

CONCLUSÃO

Atendendo às linhas gerais de actuação da Câmara Municipal, atrás expostas, considera-se cumprido o Estatuto do Direito de Oposição durante o período

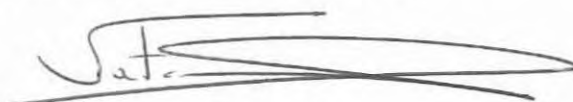


compreendido entre 28 de Outubro e 31 de Dezembro de 2009 e durante o ano de 2010, considerando como relevante o papel desempenhado pelo executivo municipal como garante dos direitos e dos titulares do direito de oposição, conforme, aliás, resulta da avaliação constante do presente relatório.

Face ao exposto e para os efeitos do exercício do direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação, por parte dos titulares do direito de oposição, bem como da sua publicitação, e em cumprimento dos n.ºs 2 e 5 do artigo 10º do Estatuto do Direito de oposição e da alínea x) do n.º 1 do artigo 68º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na sua redacção actual, deverá o presente relatório ser enviado ao Presidente da Assembleia Municipal de Ponte de Lima, aos titulares do direito de oposição e publicitado na página electrónica da Câmara Municipal.

Ponte de Lima, 29 de Agosto de 2011

O Presidente da Câmara Municipal

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Victor Mendes', with a long horizontal flourish extending to the right.

Victor Mendes (Eng.º)